

**Parecer da Consultoria Jurídica sobre  
a Minuta de Decreto elaborada pelo Grupo  
Facilitador criado pela Resolução SMA nº 1/2012**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

346  
P

**PROCESSO SMA n° 7.148/2012**

**INTERESSADO: CEA**

**ASSUNTO:** Plano, programa ou projeto - Processo de avaliação da Política Estadual de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, Lei 12.780/2007.

**PARECER CJ/SMA n° 177/13**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Análise da minuta de decreto regulamentando a Lei 12.780/07 que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental. Indicação de diversos problemas na minuta do ponto de vista jurídico. Inviabilidade.

1. O presente processo versa sobre minuta de decreto que institui o "Programa de Educação Ambiental e autoriza o Secretário do Meio Ambiente a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, entidades com fins não econômicos, instituições de ensino e/ou pesquisa, fundações e empresas localizadas no Estado de São Paulo".

2. Referida minuta foi encaminhada ao CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente para discussão e aprovação, tendo sido concedida vista a Conselheiro que propôs uma série de questões, que foram analisadas por esta Consultoria Jurídica, conforme Parecer CJ/SMA n° 1059/12, que consta às fls. 334. Verifica-se que a análise feita por esta Consultoria Jurídica teve como base a minuta de fls. 324, que, nos termos da manifestação posterior de fls. 344, foi juntada erroneamente nos autos.

K



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER CJ/SMA nº 177/13

347  
P

3. Por solicitação da d. Chefia de Gabinete, vieram os autos a esta Consultoria Jurídica para análise e manifestação, agora a respeito da minuta de decreto que consta às fls. 307/317.

É o relatório. Opino.

4. É de se dizer, de início, que a Política Estadual de Educação Ambiental foi instituída pela Lei Estadual nº 12.780/07. Referida lei (que sofreu muitos vetos) tem como espinha dorsal o seguinte:

- art. 1º - institui a Política Estadual de Educação Ambiental;

- art. 3º - define o que é a "educação ambiental";

- art. 5º - determina que a educação ambiental seja componente essencial na educação de âmbito estadual e municipal;

- art. 6º - determina ao Poder Público o dever de implementar ações de educação ambiental;

- art. 7º - distribui as responsabilidades na implementação da educação ambiental;

- art. 8º - estabelece os princípios da educação ambiental;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER CJ/SMA nº 177/13

- art. 9º - fixa os objetivos fundamentais da educação ambiental no Estado de São Paulo;

- arts. 10 a 13 - tratam das disposições gerais da Política de Educação Ambiental;

- arts. 14 a 19 - tratam da educação ambiental no sistema formal de ensino (educação básica e educação superior);

- arts. 21 a 22 - tratam da educação ambiental no sistema informal de ensino;

5. Analisando o texto da minuta de decreto de fls. 307/317, temos a dizer que o mesmo apresenta diversos problemas do ponto de vista jurídico, não tendo condições de ser encaminhado para a finalidade desejada. Passamos a apontar os principais problemas localizados na referida minuta:

- art. 1º e 3º - não fica claro o nível e a inserção estrutural do "Órgão Gestor". Além disso, inviável a proposta de que um "Órgão Gestor" possa responder a duas Secretarias distintas, integrando a estrutura das duas Secretarias. Somente este fato já inviabiliza a proposta apresentada, uma vez que este "Órgão Gestor" é central na proposta apresentada;

- art. 2º, caput e art. 4º (diversos incisos) - os executores das políticas públicas estaduais são, em princípio, os órgãos e entidades estaduais. Em relação à participação de outros entes federados, o tema não pode ser objeto de regulamentação estadual. Por outro lado, em relação aos entes privados, já consta da Lei citada suas atribuições básicas, cabendo ao Decreto operacionalizar como se dará a cooperação (convênios etc.). ;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER CJ/SMA nº 177/13

- art. 2º, parágrafo único - decreto estadual não deve fazer referência à ação dos órgãos federais, neste caso concreto, para fins de implementação de suas políticas estaduais;

- art. 4º, II - não pode decreto estadual "autorizar" atividades municipais na área de educação;

- art. 4º, III - nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cabe à União autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. Por outro lado, não tem sentido a minuta de decreto fazer "recomendação" às Instituições de Ensino Superior;

- art. 5º a 12 - não fica claro o nível e a inserção estrutural da "Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo";

- art. 13, 14, 23, 24 e 25 - cada órgão deve ter competência própria, não tendo sentido se referir a "competências comuns" dentro do próprio executivo estadual;

- art. 13, VII - não pode um decreto estadual referir-se a recursos de outros entes federados;

- art. 15 a 17 - a proposta deve ser analisada no âmbito a Secretaria de Educação, uma vez que a ela compete regulamentar, executar e fiscalizar as políticas de "educação formal";

- art. 19 - o tema deve ser analisado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
CONSULTORIA JURÍDICA

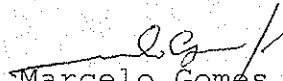
PARECER CJ/SMA nº 177/13

- art. 21 - não pode decreto estadual vincular receitas da "iniciativa privada";

6. Apresentadas tais considerações, concluímos pela inviabilidade de sequência da minuta de decreto proposta, devendo a administração efetuar uma revisão completa na mesma.

É o parecer.

Consultoria Jurídica, 28 de fevereiro de 2013.

  
Marcelo Gomes Sodré  
Procurador do Estado



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

351  
1

**PARECER CJ/SMA nº 177/13**


**PROCESSO SMA nº 7.148/2012**

**INTERESSADO: CEA**

**ASSUNTO:** Plano, programa ou projeto - Processo de avaliação da Política Estadual de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, Lei 12.780/2007.

Em face das ponderações constantes do Parecer CJ/SMA nº177/2013, transmite-se o presente à Coordenadoria de Educação Ambiental, por intermédio da d. Chefia de Gabinete.

CJ/SMA, aos 21 de março de 2013.

  
Sílvia Helena Nogueira Nascimento  
Procuradora do Estado  
Chefe da Consultoria Jurídica